

CIDADANIA, PATRIMÔNIO E TURISMO: A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO DE CAMPINA GRANDE.

Josemir Camilo de Melo.

Professor Visitante da Universidade Estadual da Paraíba e Professor de Turismo e Patrimônio Cultural da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas (FACISA/CESED), Campina Grande-PB.

O presente estudo, misto de observação, experiência e leitura teórica, pretende trazer à baila a problemática do patrimônio e sua conservação para o turismo e para usufruto da comunidade.

Nossas experiências sobre e com patrimônio histórico vêm desde os tempos de estudante de História, na Universidade Católica de Pernambuco, quando fiz estágio nas escavações arqueológico-históricas da Igreja do ex-seminário dos Jesuítas, em Olinda. Tratava-se de um programa de restauração dos monumentos olindenses com vista ao seu tombamento como Patrimônio da Humanidade. No mestrado em História da UFPE (1975-78) fiz Cultura Brasileira, com o saudoso Hermilo Borba Filho, Arqueologia Brasileira, com Gabriela Martim e História da Arquitetura do Brasil com José Luiz Menezes.

Como professor de História da UFPB, em Campina Grande, em meados da década de 80, começamos uma luta, através dos jornais, escrevendo sobre o patrimônio de Campina Grande e assumindo, naquele ano, a direção do Departamento de Patrimônio Cultural da Prefeitura Municipal de Campina Grande (Museu Histórico), experiência só durou um ano, mas deixou batente. Em 1994, participamos como um dos coordenadores, do projeto de pesquisa da Prefeitura Municipal de Campina Grande, intitulado Memorial Urbano de Campina Grande, que constava de resgatar a memória das ruas da cidade. Tal prática resultou no livro de igual nome e numa experiência muito importante para o estudo da história local.

Hoje, quando discursos sobre o Patrimônio estão em alta, e ensinando em outra universidade, lecionando exatamente a cadeira de Memória e Patrimônio Cultural, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), e Turismo e Patrimônio Cultural, na FACISA, resolvemos fazer uma análise destas experiências e ver o que (não) andou, o que (não) mudou. Aliamos isto à participação na equipe de Memória, História e Cidadania: A Preservação do Patrimônio Histórico e Arquitetônico de Campina Grande, do Departamento de História e Geografia da UFPB/UFCEG. O intuito, então, seria, após esta reflexão, propor subsídios para direcionar estas experiências para o Turismo com a preservação do patrimônio da cidade, uma vez que Campina Grande padece de uma frequência desta atividade, relegada apenas a turismo de eventos, baseado em três eventos anuais: O

Encontro da Nova Consciência (durante o feriado de carnaval), a Micarande (carnaval fora de época) e o Maior São João do Mundo.

O Arrolamento e a Preservação do Patrimônio Histórico de Campina Grande.

No final da década de 90, devido à sanha imobiliária que se apossou da cidade, nossa luta pela preservação do patrimônio histórico e arquitetônico de Campina Grande foi reativada, concretamente, tomando direção, agora já não isolada mas em forma coletiva, junto a uma equipe de professores da UFPB/UFCG*, em 1999, com projetos de extensão, e assessoria à Curadoria do Patrimônio local, em parceria com o IPHAEP.

A História da cidade tem mostrado como o ‘desenvolvimento’, como durante a ditadura de Getúlio Vargas como suas interventorias estaduais, tentando mostrar serviço ao novo Brasil, se deu a demolição de parte do patrimônio histórico local. Em uma década (1935-1945) quase todo o centro da cidade se despiu dos estilos eclético e neo-clássico, por demolição ou por alteração nas fachadas, mudando tudo para art déco, da modernização urbana levada a efeito pela administração municipal, culminando com a do prefeito Vergniaud Wanderley (1935-37, 1940-45).

Em 1999, a demolição pela prefeitura do Cine Capitólio levou a Curadoria do Patrimônio a se manifestar por seu tombamento e a requisitar assessoria do Departamento de História e Geografia da UFPB-CG. O IPHAEP tombou aquela sala de cinema e mais uma dezena de imóveis, incluindo um bem paisagístico - o Açude Velho, além de imóveis em análise para cadastramento no IPHAEP. No entanto, o mais recente crime contra o patrimônio histórico e arquitetônico ocorreu em plena atividade de nossa equipe. Um proprietário, tomando conhecimento de nossa pesquisa, em 2001, ordenou a demolição no período de Carnaval, de seu prédio, construído em 1929, pelo sindicato dos sapateiros, onde funcionou a Sociedade Beneficente dos Artistas de Campina Grande.

Nossa experiência na Universidade Estadual da Paraíba, como professor visitante, onde havia sido criada, a disciplina Memória e Patrimônio Cultural, foi a de desenvolver uma prática pedagógica com os alunos para identificarem bens de valores que venham a constituir o patrimônio local. A disciplina se acha articulada em módulos que correspondem à Memória, História, Cultura e Patrimônio, de modo que se possa trabalhá-los de forma encadeada, levando os alunos a se tornarem futuros gestores do patrimônio de suas localidades. Estamos propondo uma análise crítica dos conceitos de História, Memória, Patrimônio, e Turismo consciente e responsável para a

* Equipe formada pelos professores Luciano Mendonça de Lima (Coordenador), Keila Queiroz e Silva, José Apolinário do Nascimento, Josemir Camilo de Melo, e Silêde Leila Oliveira Cavalcanti. Esta mesma equipe realizaria, no ano seguinte, o Projeto de Extensão Memória, História e Cidadania: A Preservação do Patrimônio Histórico e Arquitetônico de Campina Grande..

realização da cidadania. Pretende-se utilizar, aqui, de casos de exclusão social em nome da preservação do patrimônio, observados pelo autor.

Casos Exemplares ^{**}

Gostaria de partir para a reflexão sobre a grande questão em nossa equipe de Patrimônio, da UFPB/UFCG: por que a (não) conscientização do povo com respeito ao patrimônio. Vamos usar pequenos casos em ordem cronológica, sobre o patrimônio e seu conflito com o turismo ou a sua não-apropriação social: o amolador de foice, o carnaval dos que ficam, e o ‘bairro dos Afogados’.

O caso acima mostra o conflito existente entre preservar o patrimônio (o cruzeiro de pedra) e o turismo como atração e como fonte de renda da população desempregada. Retirar o povo da praça implicaria em diminuir o fluxo de turistas que iam em busca de comidas típicas e, pior ainda, deixaria o povo sem fonte de renda. Dilemas para serem repensados, além do plano de apropriação ou alienação do patrimônio.

Quanto ao ‘bairro dos Afogados’ é um pequeno episódio de alienação turística e merece ser aqui exposto. Em Recife, por volta do mês de outubro de 2002, visitamos a grande exposição do pintor holandês Albert Eckhout. Diante de um certo quadro que representava um certo forte do século XVII, a guia turística se virou para o público e perguntou: “Alguém aí mora no bairros de Afogados?” Como ninguém respondeu, ela passou adiante dizendo: “Pronto isso era o bairro na época!” e arrematou: “Era um forte que tinha lá”. Não soube dar mais detalhe algum e se passou para outro quadro. Gostaria de deixar este caso sem comentários. Turismo sem História.

O outro caso mexe exata e diretamente com cidadania. O carnaval sempre se realizava no centro da cidade, na rua Maciel Pinheiro. No começo da década de 90, a prefeitura cancelou o carnaval, instituindo em seu lugar um evento religioso ecumênico, o Encontro para a Nova Consciência. Em 1999, a prefeitura assumiu o Projeto Art Déco Sertanejo, incentivando a proprietários a restaurar seus edifícios comerciais. No entanto, setores da população, alguns sob liderança política e até populista têm tentado manter o “carnaval dos que ficam” (a cidade, serrana, se esvazia, em direção ao litoral ou para o carnaval de Olinda). Em 2000, numa dessas tentativas e já sob o estilo art déco, os comerciantes pediram a prefeitura que o tal carnaval não se realizasse mais na agora refulgente Maciel Pinheiro. Assim foi feito e os desfiles populares foram removidos para outra artéria fora do centro da cidade. O espaço deveria ser para o povo só local de trabalho e compra. Nada de lazer e tradição dos velhos carnavais, nada de legado cultural. O que se pergunta

^{**} CAMILO, Josemir. *O patrimônio e o povo*. Jornal da Paraíba, Campina Grande, 24/03/2001.

é: como este povo vai assimilar o Projeto Déco e preservar este patrimônio se, quando quis utilizá-lo, dentro de suas tradições, lhe foi vetado?

Cidade Patrimônio e Cidadania

Baseamo-nos, para entender o processo de bens culturais, no excelente ensaio de ARGAN (1998), onde o autor não só analisa a cidade como um bem cultural. Para o resgate desta evolução recorreremos aos conceitos LE GOFF (1992), para pensar a cidade como um bem cultural, proveniente de uma memória coletiva, sem contudo desprezar o indivíduo, o motor principal da razão da vida urbana.

O fulcro da discussão se concentrará sobre Patrimônio Histórico cujo conceito nasceu na França, segundo CHOAY (2001) como recurso de identidade. Também no Brasil, pois foi construído, contraditoriamente, na década de 1930, exatamente oficializado em 1937, com o complemento de Histórico e Artístico Nacional, a partir do Projeto de Mário de Andrade. Um modernista à frente de um projeto de identidade nacional gerado por uma ditadura. O conceito de patrimônio na definição simplificada de BARRETTO (2000, p.11), que procura distinguir uma influência francesa (patrimônio) e outra inglesa (legado cultural), diz que vem a ser “*o conjunto de todos os utensílios, hábitos, usos e costumes, crenças e forma de vida cotidiana de todos os segmentos que compuseram e compõem a sociedade.*”

Uma vez detectado a existência deste patrimônio, por nossa equipe de historiadores através de projeto de pesquisa, esboçamos nossa perplexidade sobre o conceito de preservação com exclusão social (exclusão discreta, como mostraremos adiante). Ora, preservar não é só guardar uma coisa, um objeto, uma construção, um miolo histórico de uma grande cidade velha mas também manter vivos, mesmo que alterados, usos e costumes populares (...)” (LEMOS II, p.29).

No entanto, adverte BARRETTO (2000, p.13) que “*Determinar o que é digno de preservação é uma decisão político-ideológica, que reflete valores e opiniões sobre quais são os símbolos que devem permanecer para retratar determinada sociedade ou determinado momento, donde os grandes questionamentos sobre quem tem ou deveria ter autoridade para decidir*”. Trata-se do poder público e do poder de parte da sociedade, que, como temos observado em nossas experiências, se encontram mais em conflito do que em harmonia. Quando o poder público não leva em conta o da sociedade, ocorre a exclusão social.

Aqui, podemos nos reportar a um caso recente. A rua Maciel Pinheiro é a menina dos olhos do projeto Art Déco Sertanejo, da prefeitura. Pois bem, um pequeno carnaval que insiste em se repetir apesar de o governo municipal ter cancelado o carnaval, para implantar a Micarande, este movimento de troças populares foi proibido pela prefeitura de usar aquela rua a pedido da elite

comercial, alegando prejuízos em seu patrimônio. A tradição local reza que todos os carnavais do século XX era realizados nesta artéria, o que se supõe ser um legado cultural. Com a imposição do Art Déco Sertanejo, outro discurso de patrimônio, agora vedado ao povão, a rua tornou-se apenas para trabalho e olhares dos populares, mas não lazer. Onde a cidadania?

Trata-se, aí, como nos chama a atenção GONÇALVES (2002, p.110) dos chamados discursos do patrimônio cultural que florescem nos meios intelectuais e se projetam através de empreendimentos políticos e ideológicos em busca de construção de ‘identidades’ e ‘memória’. Tais discursos, centrados em conceitos de elite como civilização e/ou cultura, que revelam espiritualidade, imaterialidade e hierarquia, ou baseados em grupos em ‘estratos inferiores’ (aspas do autor) que reelaboram tais conceitos em dimensões materiais e de existência.

Tais discursos, principalmente o de estratos dominantes, dizemos nós, reforçam uma totalidade metonímica, segundo aquele autor, em que qualquer iniciativa de desvio pode ser vista como ameaça à integridade e à autenticidade. Esses discursos, nos diz o autor, se transformam em narrativas testemuniais de um grupo ou classe que os utiliza com a autoridade da identidade. No entanto, tal discurso está dividido, numa sociedade de classes, de forma que há vários olhares sobre o patrimônio, donde o contato ou o conflito (GONÇALVES, 2002, p.111).

Necessário se faz também adequar o discurso arquitetônico para se ler a cidade dentro de uma perspectiva que privilegie o contexto das construções urbanas. Para entender a arquitetura teríamos que lidar com seu arcabouço teórico-metodológico, através das técnicas construtivas e estilo arquitetônicos, do clima, das condições físicas e topográficas, o programa das necessidades, as condições financeiras e a legislação/normas sociais (LEMOS, I, p.41).

Armados destes dispositivos teóricos, pretendemos enfatizar o universo da cidade como espaço privilegiado para o foro da cidadania, já que a cidade é a fonte de nove décimos das imagens sedimentadas sejam visuais, auditivas, mnemônicas, perceptivas e eidéticas, (ARGAN, p.232). O que interessa, aqui, é o espaço e ambiente urbanos planejados, embora saiba-se que o valor cultural da cidade está presente em todos os recantos culturais como os ambientes das casas particulares, o retábulo do altar da igreja, a decoração do quarto de dormir ou da sala de jantar, o vestuário e o ornamento com que as pessoas se movem, recitam a sua parte na dimensão cênica da cidade” (CONTARDI, *Prefácio*, In ARGAN, p.3).

No caso específico de monumento, um dos itens de nossa discussão, fazemos distinção entre monumento em si e o contexto de bens culturais advindos da intervenção da memória coletiva, pois segundo Le Goff, “(...) *o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade,*”. (LE GOFF, 1992, p.535/6). Neste sentido é que privilegiamos a cidade como um todo, porque ela é fruto também do imaginário coletivo, da memória afetiva e memória intelectual.

Todo arranjo de cidade obedece a uma visão ideal, (CONTARDI, p.4). No caso de Campina Grande, numa etapa de transição para a cidade prestadora de serviços tem se tornado em sociedade de massa, cada vez mais eliminando o indivíduo como sujeito da história da cidade. Como nos fala ARGAN: “(...) *foi-se (...) reduzindo cada vez mais, até ser eliminado, o valor do indivíduo, do ego* (em itálico); *não é mais do que átomo na massa. Eliminando o valor do ego, elimina-se o valor da história de que o ego é o protagonista; eliminando o ego como sujeito, elimina-se o objeto correspondente, a natureza*”. (1998, p. 225, 214).

Assim sendo, que cidadania pode ser invocada se a conceituação de bens culturais ficar restrita aos monumentos e patrimônios das elites nos centros históricos. A cidade é para o homem, para o povo, para o trabalhador. Senão, como pergunta ARGAN (p.230): “*Que sentimento da cidade pode ter ou conservar o operário que vive nas “lindas casinhas” da aldeia empresarial ou nos tetricos bairros populares situados na periferia para evitar o atravessamento “pendular” da cidade?*” Preferimos fazer nossas as palavras do ensaísta e urbanista italiano: “*O que define, conserva e transmite o caráter de uma cidade é o impulso, a pressão ou apenas a resistência que cada um, em sua esfera “particular” , opõe à destruição de certos fatos que têm para ele valor simbólico ou mítico*” (ARGAN, p.235, 226).

TURISMO

Começamos por discutir o sentimento de aversão que parcela dos historiadores têm pelo turismo. Em parte, é fruto da reação que se criou à ideologia de direita, pois se olharmos direito veremos que o Turismo como atividade organizada e dirigida pelo Estado começou exatamente com Castelo Branco em 1967. PIRES (2001) denuncia exatamente a assepsia ideológica de certos setores de esquerda engalinhados nas direções de instituições culturais, como museus, que evitam qualquer modernização e criatividade, como ambientação histórica, acusando de consumismo, ou de colocar o saber e a cultura a serviço de uma elite. No entanto, é preciso estar bastante atento quanto ao que BARRETTO (2002, p.31) denuncia sobre os efeitos perversos do turismo que pode implicar numa forma de desculturalização e neocolonialismo.

A partir de diversas experiências com o centro histórico da cidade, no papel de cidadão, temos observado que o usufruto da área hoje tida como Programa Art Déco Sertanejo e uma área maior envolvendo imóveis isolados, mas tombados e/ou cadastrados, podem ser gerido para o turismo. Neste caso, há que delimitar o tipo de turismo a ser feito, o tipo de turista, o meio de transporte e complementos outros como exposição rotativa, reconstituição de ambiência histórica, restauração de prédios ao estilo original etc. Portanto, defendemos um turismo cultural, seletivo, de minoria, para o chamado ‘peregrino’ moderno e dirigido, principalmente para excursionistas ou

grupos um pouco maiores, em fins de semana ou em período de férias. No entanto, mesmo que o percurso central seja feito em cerca de duas horas, é preciso que haja infra-estrutura, como banheiros bem conservados, lanchonetes asseadas e principalmente ruas limpas. Portanto, é necessário que o turismo esteja programado conjuntamente com a prefeitura, mas dirigido por turismólogos que tenham tido noções de História sobre o patrimônio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho não se pretende completo. É apenas um momento de reflexão diante do renascer da problemática do turismo e da expansão desta atividade, que tem colocado em cheque velhas posições de historiadores, arredios à temática patrimonial. Nossa experiência é de que pode-se aliar patrimônio e turismo através do historiador que possa compreender este arco que envolve a cidadania, a memória, a história e o seu usufruto, seja pelo turismo, seja pela própria comunidade. Há que se achar um denominador comum em que todos saiam ganhando e o patrimônio preservado, sem a ‘disneyzação’ de nosso legado cultural.

BIBLIOGRAFIA

- ARGAN Giulio Carlo. *História da Arte como História da Cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- BARRETTO, Margarita. *Turismo e Legado Cultural*. Campinas: Papirus, 2000.
- CAMARGO, Haroldo L. *Patrimônio Histórico e Cultural*. São Paulo: Aleph, 2002.
- CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: UNESP, 2001.
- DOBERSTEIN, Arnaldo. *Monumentos públicos, turismo e pós-modernidade*. In: CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos (Org.) *Turismo Urbano*. São Paulo: Contexto, 2000, p.101-111.
- FUNARI Paulo A. e PINSKY, Jaime (orgs), *Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Editora Contexto, 2003.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Monumentalidade e cotidiano: os patrimônios culturais como gênero de discurso*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lipi (Org). *Cidade: História e Desafios* Rio: Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 108-123.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, UNICAMP, 1992.
- LE MOS, Carlos. A C. *O que é Arquitetura*. São Paulo: Brasiliense, 1982 (Coleção Primeiros Passos).

O que é Patrimônio Histórico. São Paulo: Brasiliense, 1982 (Coleção Primeiros Passos).

MEMORIAL URBANO DE CAMPINA GRANDE. Campina Grande: Prefeitura Municipal de Campina Grande, 1994.

MENEZES, Ulpiano T Bezerra de. *Os Usos Culturais da Cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas e políticas culturais*. In: YÁZIGI, Eduardo et alii, *Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura*. São Paulo: Hucitec, 1999, p.88-99.

OLIVEIRA, Lúcia Lipi (Org.) *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 108-123.

PINHEIRO, Augusto Ivan de Freitas. *Aprendendo com o Patrimônio*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lipi (Org.) *Cidade: História e Desafios*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002, p.140-173.

PIRES, Mario Jorge. *Lazer e Turismo Cultural*. São Paulo: Editora Manole, 2001.

ROLNIK, Raquel. *O Que é Cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1988 (Coleção Primeiros Passos)